

BRASILIANAS

Divulgação/Detran-DF



A nova sede do Detran-DF tem o aluguel mais caro

GDF gasta R\$ 7,23 milhões por mês em aluguéis de prédios

EXCLUSIVO - A decisão da governadora Celina Leão (PP) de iniciar a ocupação do Centro Administrativo do DF, em Taguatinga, recolocou em debate o custo dos aluguéis pagos pelo governo.

“Brasilianas” analisou a base oficial de dados abertos do GDF, publicada em cumprimento à Lei nº 5.532/2015, e identificou que a administração direta e indireta desembolsa R\$ 7,23 milhões por mês para manter secretarias e órgãos instalados em imóveis privados. Ou R\$ 86,76 milhões por ano.

O maior gasto individual é do Departamento de Trânsito do DF, que paga R\$ 771,6 mil mensais pela nova sede na 713/913 Sul. Em seguida aparecem a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores, o Instituto de Previdência dos Servidores, o Instituto Brasília Ambiental e a Secretaria de Mobilidade, todos instalados em áreas centrais do Plano Piloto. Entre os imóveis, o edifício Number One, no Setor de Autarquias Sul, e unidades do Parque Cidade Corporate concentram parte relevante da despesa. A ocupação do Centro Administrativo, segundo o governo, deve priorizar órgãos hoje instalados em prédios alugados, o que pode alterar parte desses contratos.



Mostra apresenta projetos históricos e inéditos

Mostra: Niemeyer em nova leitura

A exposição ‘Niemeyer por Niemeyer’, em cartaz no Espaço Oscar Niemeyer, na Praça dos Três Poderes, apresenta croquis, maquetes, fotografias e estudos que permitem ao público revisitar diferentes fases da produção do arquiteto a partir do acervo mantido por sua família. A curadoria é assinada por Carlos Eduardo Niemeyer, neto do projetista e responsável pelo espólio do escritório fundado em 1951, que organiza o material em núcleos temáticos, do traço original às leituras contemporâneas de sua linguagem. A mostra reúne obras consagradas e projetos que nunca saíram do papel, além de propostas em desenvolvimento para a cidade de Maricá (RJ), como memorial, centro administrativo, teatro, museu, centro de convenções e estádio, atualizadas para atender às condições técnicas atuais. Ao sediar a exposição, Brasília reforça o vínculo com a obra de Niemeyer e apresenta o acervo não apenas como registro histórico, mas como base para novas aplicações de sua arquitetura em diferentes contextos urbanos.

POR
WILLIAM FRANÇA

Os dez maiores aluguéis do DF

O levantamento de “Brasilianas” na planilha oficial de dados abertos do GDF identificou os dez contratos de locação mais caros mantidos pela administração pública.

O maior deles é o da nova sede do Detran-DF, na 713/913 Sul, com R\$ 771,6 mil mensais.

Em seguida aparece o edifício Number One, no Setor de Autarquias Sul, ocupado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, com R\$ 464,2 mil.

Duas unidades do Parque Cidade Corporate, utilizadas pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores e pelo Instituto de Previdência dos Servidores, superam juntas R\$ 670 mil por mês.

O Instituto Brasília Ambiental mantém sede na 511 Norte, enquanto a Secretaria de Mobilidade opera em prédio no Setor de Autarquias Sul.

O ranking inclui ainda imóveis no Setor Comercial Sul, no Setor Bancário Norte, no Setor de Indústria e Abastecimento e no Setor de Indústria Gráfica, ocupados por órgãos como a Junta Comercial, a Polícia Militar e o Serviço de Limpeza Urbana - todos no Plano Piloto.

Concentração marca mercado

A análise da planilha oficial Locação de Imóveis pelo Poder Executivo do DF mostra que o mercado de locação de prédios para a administração pública é concentrado em poucos grupos privados. Entre as empresas que recebem os maiores valores mensais estão companhias ligadas às famílias Sarkis, Baracat, Bittar, Paulo Octávio, Venancio, Abritta e Sense/Fagundes, todas com atuação consolidada no setor imobiliário do DF.

O grupo Sarkis aparece em diferentes contratos, por meio de empresas como Estrutural Empreendimentos e Cedro Participações. A família Baracat está associada à locação da nova sede do Detran, um dos contratos de maior valor da lista. Também figuram entre os principais locadores o grupo Paulo Octávio, responsável pelo edifício Number One, e a família Bittar, ligada ao Hotel Phenícia. A concentração de contratos em poucos grupos reforça a dependência do governo em relação a proprietários específicos, cenário que pode ser parcialmente alterado com a mudança para o Centrad.



Governo do DF fechou acordo com a União para salvar BRB

Deputados adiam votação do PL que “salva” BRB

Parlamentares apontaram falta de transparência do GDF

Por Isabel Dourado

Deputados distritais decidiram adiar a votação do Projeto de Lei 2361/2026, que trata da autorização para realizar o empréstimo de R\$6,6 bilhões com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O projeto foi encaminhado pela governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), nesta terça-feira (2), à Câmara Legislativa do DF (CLDF) e busca ratificar o acordo que foi fechado na última quinta-feira (28) entre a União e o GDF, no Supremo Tribunal Federal (STF), para destravar o empréstimo para socorrer o BRB que enfrenta uma crise de liquidez após operações com o banco Master.

O acordo deverá ocorrer mediante empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), com garantia de fiança oferecida por sindicato de bancos e contragarantia oferecida pelas verbas do Distrito Federal do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem que haja aval da União mas o governo federal concordou em ampliar o limite de crédito do DF para viabilizar o plano de socorro ao BRB.

Segundo o texto do projeto enviado à CLDF, o objetivo é ratificar os termos do acordo homologado pelo STF. “A autorização legislativa pretendida confere maior segurança jurídica à implementação das obrigações decorrentes do acordo, assegurando plena transparência

institucional e observância do princípio da legalidade na condução da operação”, diz trecho da proposta.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal estava esvaziada nesta terça-feira, quando estava previsto que o PL fosse votado. O presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB), chegou, inclusive, a suspender os trabalhos por falta de quórum. Seis deputados estavam presentes. Durante a sessão, o deputado distrital Gabriel Magno (PT-DF) criticou a forma como o GDF tem conduzido a crise do BRB e afirmou que o projeto não salvará o banco, mas dará, mais uma vez, um cheque em branco ao governo.

“O debate no Colégio de Líderes, mais uma vez, é sobre a crise que o governo Ibaneis e Celina colocaram no Distrito Federal. E aí, por conta da crise, por conta da falta de transparência e da falta de dados, a reunião foi sem nenhum documento, sem nenhum número. O pedido do governo foi: confia que vai dar certo”, afirmou.

“É falta de respeito com a cidade, com os órgãos de controle, com esta Casa e com os servidores. A base do governo está desconfortável de vir ao plenário porque obviamente não dá para votar um projeto que não salva o BRB, não salva Brasília e ainda dá mais um cheque em branco para um governo que não tem nenhuma credibilidade”, declarou.

O deputado Max Maciel (Psol-DF) afirmou que votará contra o projeto. Ele também questionou a falta de transparência do projeto.